

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os danos materiais causados pelo mar, no último fim de semana, na praia do Furadouro, Ovar, trouxeram novamente a debate a questão das obras de proteção do litoral e as declarações do Sr. Presidente da Câmara de Ovar, Salvador Malheiro. O autarca reclama as obras de construção de quebra-mares destacados e a alimentação artificial de areias, nas praias de Cortegaça e Furadouro, atribuindo a responsabilidade dos atrasos ao governo. Além das obras reclamadas, estão já em curso obras de requalificação do cordão dunar a norte e sul do Furadouro – obras essas que estão também a ser alvo de denúncias por parte de associações ambientalistas locais. As obras em curso incluem, nomeadamente, a instalação de estruturas de geotêxtil (“geotubos”) em frente às dunas consolidadas a norte do Furadouro.

Se por um lado, a execução das obras em curso (requalificação do cordão dunar) e programadas (construção dos quebra-mares destacados e alimentação artificial) – de acordo com o que tem sido veiculado pela comunicação social – é da responsabilidade da ARH Centro (Agência Portuguesa do Ambiente), o Presidente da Câmara de Ovar reclama para si a iniciativa de ter avançado e custeado os estudos prévios (científicos e de impacte) relativos a estas obras.

Pelo volume de investimento associado, pela urgência deste assunto e pelos potenciais impactos destas obras na orla costeira do município, o Bloco de Esquerda considera essencial que todo este processo decorra com o máximo de transparência e discussão pública. A título de exemplo, referimos as obras relativas à construção dos quebra-mares destacados, que – de acordo com as notícias veiculadas pela comunicação social – envolvem um investimento de 20 milhões de euros, com uma comparticipação nacional de 3 milhões de euros. De acordo com o Presidente da Câmara de Ovar, o município está disposto a assumir a comparticipação nacional (num montante que corresponde, grosso modo, a 10% do orçamento anual do município). Preocupa-nos que – tal como ocorre com outros municípios do litoral português – depois de terem pago a fatura da construção das barragens do Douro e dos molhes do Porto de Leixões; da perda de território através da erosão costeira e dos danos causados pelo avanço do mar, sejam novamente os munícipes de Ovar a pagar esta fatura. O Bloco de Esquerda tentou, sem sucesso, ter acesso aos estudos de base destas obras e da mais informação, através dos sítios

eletrónicos do Município de Ovar e da Agência Portuguesa do Ambiente.

*Desta forma, atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Governo, através do Ministério do Ambiente:*

1. Que nos sejam disponibilizados os estudos científicos e de impacte que serviram de base: às obras em curso de requalificação do cordão dunar no Norte do Furadouro e entre o Sul do Furadouro e Torrão do Lameiro; às obras planeadas de construção dos quebra-mares destacados nas praias de Cortegaça e Furadouro.
2. Que sejam prestados esclarecimentos sobre os custos totais destas obras, os montantes relativos à comparticipação nacional e entidade responsável por esta comparticipação nacional.
3. Que, no caso de a comparticipação nacional da construção dos referidos quebra-mares destacados ir ser efetivamente assegurada pelo município de Ovar, sejam prestados esclarecimentos quanto ao porquê de estes custos não serem assumidos através de fundos nacionais.

Palácio de São Bento, 21 de abril de 2018

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

JORGE COSTA(BE)